

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

GEOGRAFIA: LIMITES-ENTRAVAES E POSSIBILIDADES-UTOPIAS

Nestor André Kaercher

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 22-30, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38029/24530>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

GEOGRAFIA: LIMITES-ENTRAVES E POSSIBILIDADES-UTOPIAS

Nestor André Kaercher *

"A problemática do espaço é vital para quem discute poder, pois ao se discutir território está se discutindo poder. Quem pretende espaço está reclamando poder." (PEREIRA; 1989, p.108)

Neste artigo procuro questionar o papel do ensino de Geografia. Tem ele contribuído para alcançarmos novas posturas éticas ou alunos mais críticos? Ou, pelo contrário, tem reforçado uma leitura acrítica, dicotomizada, passiva do mundo? Que contribuição pode a Geografia dar na direção – necessidade utópica – de uma escola de qualidade, menos repressiva, mais criativa e produtora de conhecimento? Pode um professor desta disciplina contribuir nesse processo de busca do ser mais?

Penso que sim. Penso que a Geografia pode contribuir na criação de uma sociedade mais livre. Mas num primeiro momento gostaria de falar de como vejo a situação atual da Geografia (SOUZA; 1993), sobretudo de primeiro e segundo graus para, assim, poder mostrar os seus limites e potencialidades. Essa visão, a ser agora descrita, é um misto de reflexões teóricas e de minha prática profissional. E minha pesquisa veio, infelizmente, mostrar quão presente ainda está essa visão tradicional de Geografia nas mentes da garotada e, por conseguinte, na escola brasileira. A partir dessa reflexão, posso mostrar como é necessário um repensar de nossa prática e delinear minha pesquisa propriamente dita. Vejamos.

Na busca de um conhecimento que extrapole as rígidas fronteiras disciplinares, valho-me da reflexão de Gonçalves acerca da contribuição que *não geógrafos* podem nos dar:

Rousseau, filósofo iluminista do século XVIII, fala, em uma de suas obras, da importância da organização do espaço para a justiça e para a democracia; discute – sem nunca ter sido citado pelos livros de Geografia – como melhor organizar o espaço com vistas a realizar a democracia e a justiça. Aliás, temas que a Geografia dificilmente discute, pois se considera que a democracia e justiça são assuntos que devem ser discutidos por juristas ou por cientistas políticos, não por geógrafos (GONÇALVES; 1988, p.17).

Busco, portanto, sair da estreita ligação da Geografia que trata apenas do espaço, como se ele fosse um mero depósito, reflexo das ações humanas. Mas, não quero apenas descrever. Morril busca ligações mais amplas para esse conhecimento, que se traduz em conteúdos de ensino:

Al ser una disciplina que deriva su fuerza numérica de una multitud de centros de enseñanza estatal y de la ayuda financiera de fuentes militares y gubernamentales, (la Geografía) ha sido verdaderamente conservadora. Hemos preferido refinar nuestra comprensión de los patrones espaciales de la sociedad, tal como son, en lugar de cuestionar la 'justeza' de dichos patrones o la responsabilidad de la sociedad en ellos. La pobreza, la injusticia, la discriminación, el hambre, la enfermedad, la contaminación o el amontonamiento...

miento humano han sido pasados por alto. Es increíble que la Geografía comience sólo a 'descubrir' ahora unos rasgos tan llamativos del paisaje. Y todavía hoy, quién los está estudiando? (MORRIL, Apud CAPEL; 1983, p.429).

E complementa, posicionando-se contra a apatia, o conformismo e a linearidade de estudos que são incapazes de buscar as causas sociais que geram os espaços, desiguais, sem dúvida, que habitamos:

Al ser una disciplina conservadora, la Geografía considera tales problemas como aberraciones temporales o como la evidencia de desigualdades inherentes a la condición humana. En esta tradición 'la transformación del paisaje' significa simplemente estudiar el cambio evolutivo, y no evaluar sus causas (MORRIL, Apud CAPEL; 1983, p.429).

Fica claro que não posso compactuar com uma visão conservadora de Geografia após valer-me do mestre Paulo Freire, entre outros. Creio que a Geografia pode ser um instrumental valioso para elevarmos a criticidade de nossos alunos. Por tratar de assuntos intrinsecamente polêmicos e políticos, a Geografia pode gerar um sem número de situações-limite, quebrando-se assim a tendência secular de nossa escola como algo tedioso e desligado do cotidiano.¹

Breve histórico – Para entender porque a Geografia constitui-se em disciplina acadêmica conservadora, e assim permanece para a imensa maioria dos nossos estudantes, é preciso conhecer a sua construção no campo científico. Andrade (1987; p.46) auxilia-me:

O desenvolvimento das ciências em geral e da Geografia em particular acelerou-se nos séculos XVIII e XIX, em consequência da expansão do capitalismo. O capitalismo comercial provocaria, a partir do século XV, grande expansão das navegações e, como consequência, o descobrimento dos novos continentes e ilhas, fazendo com que se intensificasse o comércio entre os povos que viviam em condições naturais, e em organizações sociais as mais diversas. A Europa, que possuía o núcleo de civilização mais dinâmica e tinha maior controle da tecnologia, estendeu a sua influência econômica e política por toda a superfície da Terra (...).

A Geografia foi criada, como ciência autônoma, só muito recentemente, na segunda metade do século dezenove (MENDOZA et alii, 1982; MOREIRA, 1982, 1987 e 1993). Claro que o conhecimento empírico do seu espaço foi feito pelo homem diariamente, pois desde sempre, reconhecer o espaço circundante é imprescindível para a sobrevivência. Basta lembrar o trajeto que fazemos ao sairmos de casa até o nosso trabalho. Exige um mapa mental, praticamente incorporado de maneira mecânica no nosso cérebro. O mesmo se dava na Antigüidade quando o homem – para sobreviver – precisava conhecer o seu entorno para poder caçar, coletar alimentos, conseguir água e localizar cavernas onde pudesse se abrigar das intempéries e das feras. O homem levou milhares de anos, no entanto, para sistematizar a reflexão sobre este tipo de conhecimento e, há pouco mais de cem anos, criar as primeiras cátedras de Geografia em universidades européias, mais especificamente. Alemanha e França foram os países pioneiros. Isso talvez confirme a idéia freiriana de que a simples vivência com o mundo não nos oferece, automaticamente, uma visão crítica dele. O homem faz seu espaço diariamente e nem por isso acha que está fazendo Geografia. Muito menos se põe a pensar sobre ele.

Uma outra área em que o conhecimento do espaço é fundamental para o sucesso em suas atividades é o campo da guerra. Os militares sempre foram exímios cartógrafos e não é por acaso que, por muito tempo, a elaboração de mapas foi de exclusiva competência das forças armadas. Até uma época muito recente, em que a tecnologia ainda não dispunha de satélites, aviões etc., era fundamental para o sucesso, numa batalha, o perfeito conhecimento do terreno (feito empiricamente *in loco*) onde se daria o combate ou onde se faria o sítio. Forma de relevo, bem como fontes possíveis de alimento, lenha e água faziam do *geógrafo* uma peça fundamental na atividade bélica. Não é à toa que a Geografia ganha impulso na época em que as potências européias se lançam na conquista de *novos mundos* e na partilha de colônias, sobretudo na África e Ásia – final do século dezenove –, buscando ali fontes de matérias-

primas para alimentarem suas nascentes indústrias.

Sintomática desse caráter estratégico da Geografia é a sua associação, quase automática, à palavra *mapa*. Ninguém diria que mapas não pertencem à Geografia mas, em compensação, poucos admitiriam (ou pensariam) que o mapa é um instrumento de poder e que o mapa traz informações que dão vantagem ao seu detentor. Quem de nós já não viu, seja na vida real ou em filmes (nem tão de ficção assim), a presença constante de grandes mapas por trás (nas paredes) de generais e estadistas que decidem o futuro de seus soldados e cidadãos? Ou, saindo dos grandes líderes, quem conseguiria imaginar qualquer administração municipal fazendo a cobrança de impostos se não tivesse uma boa e atualizada carta de seu município podendo localizar cada economia particular?

E os censos? Poucos diriam que não se trata de Geografia. Mas mantemos com os dados que dele saem uma postura bem ingênua: meras informações, curiosidades. Sabemos também que estes censos são peças fundamentais para as administrações estatais e para as corporações empresariais planejarem suas ações e seus investimentos. Como lançar produtos no mercado se a empresa não possui um bom levantamento acerca das possibilidades da população consumidora? Uma das palavras mais associadas à Geografia é *região*, que vem do latim, *regere*, rei, que era, na antiguidade, o real detentor do poder.

Não quero dizer com isso que é a *Geografia que planeja o capitalismo*, mas reafirmar a essência intrinsecamente política da Geografia. Daí o paradoxo. Por essa politização ontológica é que a Geografia nasceu academicamente como um saber *neutro*, despolitizado e despolitizador. Um saber *mnemônico* que nada precisava explicar – bastando estender, contemplativamente, os olhos para a paisagem. Geografia como sinônimo de sentidos (físicos), sensorialidade, não necessitando muito de razão/análise. O mundo, afinal, era dado pelo sentido da visão.

Essa, no entanto, não era a prática das elites (governamentais, empresariais, etc.).

Para as pessoas das camadas populares (a clientela dos bancos escolares), era um saber desinteressado e, talvez, inútil. Assim ela teve que ser construída. Para que permanecesse ao alcance apenas dos detentores do poder (militares, governantes), foi institucionalizada uma Geografia de cunho meramente descritivo e de *cultura geral, desinteressada* e com ênfase nas paisagens naturais. Por dois motivos: primeiro, construir junto à população uma identidade ideológica que associasse povo a território, paisagem natural, gerando uma associação não raro ufanista entre território, paisagem e governo (quem não lembra do regime militar brasileiro elevando nosso orgulho com a construção da Transamazônica ou, mais recentemente, o ex-presidente Sarney mostrando a grande importância para o desenvolvimento do Brasil da Ferrovia Norte-Sul) e, segundo – talvez mais importante –, tirar o *homem* da Geografia, naturalizando-a. Os espaços que interessam são os naturais, pois estes já vêm “prontos” e não há o que contestar, mudar. É só contemplação. Inserir o homem comum na temática da Geografia poderia acirrar contradições do tipo *de quem é essa terra? por que ela está ociosa? por que tantos famintos nesse país?*, etc. Com certeza, tais questões não interessariam aos detentores do poder estatal e econômico.

Criou-se uma espécie de divisão consensual e que até hoje perdura: para os leigos uma Geografia descritiva e sem ligação com temas polêmicos (o dia-a-dia político e econômico, por exemplo) e para as academias militares e círculos diplomáticos, o inverso. Mas a reação contra esta divisão, praticamente consensual, não tardou a aparecer. O clássico *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra* – original é de 1976 – de Lacoste, é o ponto de partida de uma Geografia de cunho mais renovador e crítico. Capel (1983, p. 304), informa-nos, entretanto, que já no século passado Elisée Reclus, na França, tentara uma Geografia diferente, mas fora boicotado pelo *establishment* acadêmico.

No Brasil, a renovação ganhou impulso somente muito recentemente, com o abrandamento da ditadura militar, instaurada pelo Golpe de 64. Na Geografia temos uma data importante: o Congresso Nacional de Geógrafos realizado em Fortaleza em 1978 – ainda durante o período ditatorial – é um marco de ruptura. Ali fez-se veemente crítica à Geografia tradicional e despolitizada. (Re)inicia-se mais uma vez uma longa caminhada na busca da democratização da sociedade e da escola e, por conseguinte, da própria Geografia.

As aulas de Geografia – Não é por acaso que a maioria de nós se lembra das aulas de Geografia como algo extremamente enfadonho e desinteressante, porque a única qualidade que se exigia do aluno era uma boa capacidade de memorizar nomes de acidentes geográficos, não raro de locais muito distantes

até da imaginação do alunado. Uma consequência muito simples disso é que a *Geografia não pode reprovar ninguém, pois só exige memorização*. Qualquer semelhança com outras disciplinas da área humanística não é mera coincidência. Creio que, por estas disciplinas (Geografia, História, Filosofia, Sociologia, etc) possibilitarem, com facilidade, o questionamento, por lidarem com assuntos intrinsecamente polêmicos – a sociedade – foram secundarizadas.

A área humanística, ainda como consequência do positivismo², sequer era tida como científica. Não esqueçamos que, como pano de fundo da época histórica em que foi institucionalizada a Geografia, o positivismo era a filosofia hegemônica. A área humanística era, simplesmente, relegada a um segundo plano, porque suas idéias e teorias não eram, no geral, vistas como passíveis de comprovação empírica, nem de testes e experiências em laboratório, sendo apenas *visões de mundo* desta ou daquela pessoa em particular. E, como tal, melhor afastá-las da juventude porque propiciariam discordância e, quem sabe, até discussões e desentendimentos, palavras não muito apreciadas nas escolas do século passado. Os tempos eram de *ordem e progresso*, sinônimo de disciplina e cientificismo. No início do século, ainda consolidávamos nossas fronteiras através dos tratados do diplomata Barão de Rio Branco. Paradoxalmente, o positivismo exercia papel modernizador na sociedade brasileira e tinha forte penetração nas forças armadas. Muitos oficiais eram figuras destacadas na nossa política e assumiram, por várias vezes, a presidência da república. Até recentemente, no Brasil, sobretudo no período do regime militar (pós 64), a Geografia positivista-descritiva reinou quase única em nossas salas de aula e nos livros escolares.

Não seria difícil resumir a maioria dos livros didáticos de Geografia brasileiros. Creio que no exterior não sejam muito distintos³. Faço a ressalva: sim, já há livros didáticos de Geografia e muitos professores produzindo uma Geografia renovada e diferenciada da tradicional, mas são, ainda e infelizmente, minoritários em relação à maioria dos mestres e livros. Os estudos empíricos realizados ao longo da pesquisa vinculada ao projeto da dissertação de mestrado confirmaram isso. Isto é, o movimento de renovação da Geografia brasileira já tem quinze anos, mas o seu sopro renovador ainda está distante da maioria das salas de aula de primeiro e segundo graus.

Os livros e, conseqüentemente, os professores dividem o ano letivo assim, no geral: num primeiro momento estudamos a natureza, separadamente em cada um de seus itens (clima, relevo, hidrografia, vegetação, geologia) e sem a presença do homem. Em plena era industrial, estudamos – melhor seria dizer, memorizamos – nomes de rios e relevos sem apreciar as alterações significativas que o homem faz nesses espaços. Somente num segundo momento estudamos o homem – no título geral denominado população. Então, as lições quase se transformam em aulas de matemática, tamanha a quantidade de números e fórmulas pois o homem é visto como um todo homogêneo, sem a mínima menção às diferenças de classe social. É um homem biológico, não um ser social. São taxas e médias (taxa de natalidade, taxa de mortalidade, mortalidade infantil, média de vida, taxa de analfabetismo, número de médicos por habitantes, densidade demográfica etc.), enfim, uma série de números como se todos seres humanos fossem iguais pelo simples fato de serem *brasileiros* ou *gaúchos*. É um estudo fora da real situação de vida das pessoas, pois um dado matemático pode ser correto e, mesmo assim, não ser significativo ou, o que é pior, induzir-nos a conclusões errôneas. Exemplo simples: o fato de “A” ter nove hectares de terra e “B” ter um, nos dá uma média de cinco hectares por pessoa, o que é matematicamente correto, mas que não transforma “B” em proprietário de cinco hectares. Ou seja, se passa uma esponja nas diferenças e desigualdades sociais. Em resumo: as informações, os dados, são transmitidos aos alunos sem, no geral, a explicação das causas, dos processos que levaram a esses números. A idéia de transmitidos aqui é a de *corrente elétrica*: as informações percorrem, passam pelos alunos. Alguns alunos devem ter a sensação do próprio choque ao lembrarem dessas aulas. Perde-se a historicidade, a construção dos fatos e do espaço. Os dados, as situações, estão... cristalizados. Não há muito que entender. Naturaliza-se a sociedade. Ela fica parecida com a vegetação, com o clima, etc. Logo, não há muito o que pensar, muito menos, modificar. Somos seres imersos na realidade sem entendê-la. Parece que os alunos são conservas num vidro. Dentro da sala um mundo hermético, reduzido a visão do professor que, no geral, é a visão do livro. Lá fora a realidade muito mais complexa e ameaçadora. Não é a toa que alunos, já de segundo grau, sejam tão simplistas: “político é tudo ladrão”, “nunca (o Brasil) vamos sair desse atraso” etc.

Compartilho a posição de Pereira. Deveríamos levar em consideração a naturalidade da história bem como a historicidade da natureza, isto é,:

O homem se diferencia do animal tão logo começa a produzir seus meios de vida para a satisfação de suas necessidades. Este é o primeiro ato histórico que tem como pressuposto o homem com sua constituição física e a natureza com seus materiais. Isto significa dizer que a história é um processo de desnaturalização em que o homem, ao transformar a natureza, se transforma e que, independente do modo ou forma como os homens produzem seus meios de vida, existe e existirá sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. É nesse contexto que se situa a afirmação de que é pelo trabalho que o homem produz a sua existência. (...) Portanto, no processo de desenvolvimento histórico, independente do modo como os homens produzem seus meios de vida, manifesta-se sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. A cada modo de produção corresponderá uma forma diferente do homem se relacionar com a natureza (PEREIRA; 1989, p.75-76).

Mas que fique claro: o ponto de partida para entendermos essas relações homem x natureza está no entendimento e estudo das relações entre os homens, ou seja, no campo da história.

Por fim, a terceira e última parte: Economia. Aqui, já estrangulado pelo calendário, o professor corre a matéria. Faz-se uma verdadeira síntese positivista. É hora de juntar os cacos anteriores. Não esquecer: Natureza e Homem não se juntavam até então. A natureza parece existir virgem, intocada. A sociedade parece viver prescindindo da natureza.

Através de mais uma série de gavetas estanques – Extrativismo, Agropecuária, Mineração, Indústria, Comércio, Transportes – procura-se agrupar os dois itens anteriores. Mais importante do que saber a lógica do “porque o Brasil abandonou as ferrovias e hidrovias?”, por exemplo, seria aprendermos quais os maiores portos e quais as principais rodovias brasileiras. Simples memorização.

O resultado era/é simples: uma enorme quantidade de dados que muito pouco servia e interessava ao aluno. Daí o recurso da memorização para *passar* de ano, porque a Geografia parecia isolada e distante do seu dia-a-dia. Assim, deu-se a politização da Geografia pela sua despolitização (sic), isto é, comumente política e Economia não diziam respeito à Geografia.

Se falássemos de clima, esse assunto era caracterizado como *Geografia* mas, se nos referíssemos à *indústria da seca* no Nordeste, passava a ser considerado *Política*. Se falássemos de camadas da Terra, era Geografia mas, se tocássemos na exportação de minérios a preços vis, então era Economia etc. Exemplos é que não faltam. Ou seja, os compartimentos em que a Geografia se consolidou permaneceram tão isolados e estanques que qualquer tentativa de extrapolação, ou integração, soava estranha. Apesar da Geografia transitar por muitas temáticas, a interdisciplinaridade era, e ainda é, uma prática rara. Ainda hoje os termos Geografia Econômica, bem como Geografia Política, mostram claramente onde podemos inserir tais assuntos na Geografia: só nessas disciplinas. Como se pudéssemos estudar o homem sem estas dimensões. Muitos não percebem que a Hidrografia está na luz elétrica que usamos, que a Vegetação está nos móveis, que os recursos minerais estão nas roupas, tênis e objetos de petróleo, que o relevo de montanha virou uma cratera e uma cadeira de ferro! É uma típica herança positivista: ver o mundo de forma compartimentada e estanque.

E mesmo assim, a Política e a Economia são vistas como *auxiliares*, quase invasoras, das quais nos valem somente para aprimorar um determinado raciocínio *geográfico*. Na Geografia nada havia a entender, pois não havia processos. Essa salada de assuntos da Geografia tem sua razão. A maioria dos primeiros professores de Geografia foram historiadores ou geólogos/naturalistas. Nascemos então sob a dicotomia do Natural-Social. Até aí nenhum problema, pelo contrário, a Geografia poderia ser uma disciplina que unisse esses dois aspectos inseparáveis e que o modelo científico do século dezoito tanto quebrou, a título de especialização. No entanto, o que poderia ser um trunfo, como unir o homem à natureza ou vice-versa, virou um obstáculo. Decorrente desta visão fragmentadora do real a Geografia não construiu sua identidade. Justamente porque, tanto os *geógrafos humanos* como os *geógrafos físicos*, não tiveram a prática, salutar mas rara, de trocar idéias e ficaram a disputar hegemonias, cada qual tentando mostrar que a sua visão era a mais científica ou moderna. Disputa estéril. Tentou-se, por fim uma saída mágica. A Geografia, segundo Pierre George (1978) – um importante geógrafo francês contemporâneo –, seria uma ciência de síntese, isto é, sua principal característica seria a de sintetizar o conhecimento de outras ciências, tanto humanas como físicas.

Os fatos eram lineares: os países pobres estão *em desenvolvimento* e a saída do atraso era a industrialização. Hoje em dia, esse discurso desenvolvimentista foi substituído por um novo fetiche: o livre

mercado, a livre concorrência, a privatização, enfim, o liberalismo econômico. A justificativa também é simples: afinal, este não foi o caminho que os países ricos ocidentais, *desenvolvidos*, percorreram?

Que tipo de interesse poderiam provocar, no jovem, informações do tipo: relevo europeu, hidrografia amazônica, etc. se estas informações eram desligadas do seu meio social? Mera curiosidade! A Geografia era sinônimo de imagem (e de viagem), de cartão postal! Mas para que Geografia, se a televisão fazia e faz isso de maneira muito mais agradável e dinâmica?

E agora, José? – Óbvio que não quero imputar ao professor a intenção inaniável de omitir a realidade e alienar o aluno. Mas, será que a Universidade não tem sua parcela de responsabilidade? Os currículos das mesmas não estão descolados da realidade? Não estão a produzir *consciências ingênuas*? Creio ser urgente repensar o papel dessa importante instituição. Manter silêncio diante de tantas injustiças e deformidades é compactuar com a manutenção do nosso perverso modelo econômico e social. E com isso não posso, não podemos compactuar.

Nós todos somos fruto do mesmo sistema. Também não temos grande acesso às informações mais corretas. Veja-se o que é a poderosa mídia eletrônica do Brasil, que constrói heróis e vilões, culpados e salvadores, ou sendo um pouco mais direto, elege presidentes da República. Que compromisso social ela tem? O resultado deste ensino foi cruel. Basta perguntar para a maioria das pessoas que já passaram por um banco escolar, o que lhes vem à cabeça quando ouvem falar de Geografia. Ouviremos: *mapa*, sem ver nele um instrumento de poder ou manipulação, *clima*, *relevo*, *vegetação*, *planetas* (sic). Ou seja, a Geografia tornou-se um saber tão genérico e enciclopédico que não se limitava ao planeta Terra, mas que tratava de todo o Sistema Solar. Só não podiam para o professor de Geografia ler o futuro porque as pessoas vêem televisão e jornal e lá tem horóscopos e cartomantes mis.

Enfim, falava-se de tudo, mas de quase nada com profundidade e integradamente. Alguém lucrou com essa despolitização alienante, imposta ao alunado? Até podemos suspeitar, ainda mais que sabemos que, após 1964, esse processo se fortaleceu com a expansão de inúmeras faculdades privadas de Estudos Sociais. O ensino superior, sobretudo na área das licenciaturas, perdeu qualidade através de um processo que favoreceu as empresas privadas do ensino de terceiro grau. A qualidade do futuro profissional que dali saía não foi muito exigida. Quem perdeu, podemos afirmar, foi o estudantado brasileiro em geral: perdeu o interesse por uma disciplina extremamente útil para que pudessemos compreender o espaço e a sociedade em que vivemos como processo em construção.

Hoje, creio que o objetivo da Geografia deva entender a Sociedade e suas contradições usando o espaço como categoria para tal entendimento. Sei que reverter o quadro descrito não é fácil. Levará anos. Mas já podemos começar a fazê-lo na medida em que combatermos as visões fragmentadas de mundo, disponíveis em muitos livros didáticos (Natureza-População-Economia) pois:

Não é possível um compromisso verdadeiro com a realidade, e com os homens concretos que nela e com ela estão, se desta realidade e destes homens se têm uma consciência ingênua (...) que julga a realidade como algo dado, estático e imutável. Se este percebe a realidade enclausurada em departamentos estanques. Se não a vê como uma totalidade, cujas partes se encontram em permanente interação. Daí sua ação não poder incidir sobre as partes isoladas, pensando que assim transforma a realidade, mas sobre a totalidade. *É transformando a totalidade que se transformam as partes e não o contrário* (FREIRE, 1983, p.21) (grifo meu).

Tenho aqui várias situações-limite que a Geografia pode fomentar na direção de um ensino mais crítico e dialético: romper com a visão estática da realidade, romper com a visão umbilical da própria Geografia – de fechar-se em si mesma – e mostrar claramente aos alunos que são eles, como seres humanos, os sujeitos construtores do espaço que estudam e habitam. Creio que esta fragmentação a-histórica é uma visão que vai totalmente de encontro às posições que procuram ver a sociedade como uma construção histórica e contraditória. Isto acaba dificultando sobremaneira a elaboração de um ensino criativo, ativo e politizado.

Temas geradores – Não quero, contudo, historicizar ou sociologizar a Geografia para que ela se torne mais *moderna* ou agradável. Não se busca apenas um professor simpático, moderno mas pouco útil

para auxiliar o aluno na construção de uma nova relação com o conhecimento. Por exemplo: quantas expressões nós usamos no cotidiano, que tem a ver com Geografia? Se ela está no nosso cotidiano por que não problematizar isso em nossas aulas com os alunos, em vez de, simplesmente, ditar-lhes aulas? O trecho abaixo é de um texto de minha autoria e é distribuído para alunos secundaristas para que possamos problematizar novas questões:

O que é Geografia para você? O que lhe vem à cabeça quando lembra dela? Ela é útil? Quando? Você gosta de Geografia ou detesta? Pense com calma. Por quê um técnico (você), um secundarista precisa de Geografia? Preste atenção nas expressões: "O *clima* estava pesado na sala" (quando o ambiente está tenso), "Te *orienta*, pô!" (para alguém desatento), "Quem não é da *área* que não dê palpite" (assunto restrito a entendidos), "Fulano não sabe o seu *lugar*" (para intrometidos ou por preconceito), "Você precisa criar o seu *espaço* dentro do grupo" (para aqueles que são muito calados) ou ainda "Sicrano '*viajou*' quando disse..." E quando você se apavora com o que lê ou vê nos noticiários: "Que *país* é esse!?" São expressões muito comuns que usam conceitos normalmente ligados à Geografia. Pense ainda: como você se sente ao chegar pela primeira vez numa cidade grande e estranha? Desconforto? Medo? Qual seria a reação se alguém dormisse na cozinha ou jantasse no banheiro de sua casa? Só surpresa ou já diríamos: "Esse é louco!" Ou ainda: "Esse vive noutro *mundo*." Enfim, os conceitos e vivências espaciais (geográficas) são importantes, fazem parte de nossa vida a todo instante. Em outras palavras: Geografia não é só o que está no livro ou o que o professor fala, você a faz diariamente. Ao vir para a escola a pé, de carro ou de ônibus, por exemplo, você mapeou, na sua cabeça, o trajeto. Em outras palavras: o homem faz Geografia desde sempre.

Qual professor já não falou ameaçadoramente a expressão "Volta já para o teu lugar" para um aluno *pentelho*. Quanto esta expressão tem de geográfica! Que cada um fique no seu espaço, no seu lugar (= quieto).

Como a Geografia estuda a relação sociedade-natureza, e essa é uma relação constante, o homem transforma a si e ao espaço, via trabalho continuamente e de forma dinâmica. Por outro lado a natureza não está ao alcance de todos, tem um preço, o qual nem todos podem pagar. Então, quem possui a natureza tem um duplo poder: econômico e político. Afinal, faz diferença você trabalhar numa mina de ouro ou ser dono dela. E, ao estabelecermos, por necessidade, relações com outros seres humanos temos uma outra temática que a Geografia Tradicional esqueceu: os conflitos. Afinal a sociedade não é um todo harmônico, apresenta classes sociais com interesses distintos.

Se não falamos destas temáticas para os alunos, estamos falando de um mundo inexistente.

A questão ecológica, assim, também muda de enfoque, deixando assim de ser vista como algo genérico do tipo "os homens (quais? todos?) estão destruindo a natureza" ou ingênuo como "os homens destroem a natureza porque são maus." Na verdade vejo o desequilíbrio ecológico muito mais como um desequilíbrio entre os homens (e, paralelo a isso, sua visão antropocêntrica e capitalista [que também era a visão do Socialismo Real] de desenvolvimento) do que um desequilíbrio homem-natureza.

Ou seja, o espaço geográfico reflete e reproduz a sociedade que o encerra, isto é, bairros pobres, bairros ricos, não são duas cidades distintas, dois brasis, pelo contrário, tem íntima relação, um constrói e um depende do outro.

E aqui uma ligação clara com Freire: quem analisa o espaço pode entender o mundo em que vive e o que é mais importante, pode lutar para mudá-lo.

Minha tarefa de educador seria, então, trazer o dia-a-dia para a sala de aula, pois precisamos deixar de mascarar a realidade e contribuir com nossa prática para a criação de um espaço que seja o da liberdade dos homens e não o espaço da simples reprodução. Como fazê-lo? Uma certeza, entre tantas dúvidas, tenho: não há fórmulas prontas. É preciso superar a fragmentação do conhecimento. Sair do geografismo assim como, às vezes, o historiador faz historicismo e etc. Como ensina Gonçalves (1988, p. 26):

(...) nesse sentido, se minha análise tiver que invadir a Sociologia (ou outra área qualquer) para uma melhor compreensão da organização do espaço, não ficarei preocupado em

indagar se estou ou não fazendo Geografia, sem dúvida alguma, irei aonde for possível e necessário para compreender a organização do espaço e, por esta via, compreender as relações sociais sob as quais estamos vivendo.

Creio que uma boa maneira de entender como está a Geografia é ouvindo o próprio usuário deste conhecimento, isto é, o aluno. Será que minha visão de Geografia e a do próprio aluno eram coerentes? Procurando responder a esta questão, desenvolvi algumas reflexões – e confusões – metodológicas. Trata-se, na realidade, do meu percurso incipiente de pesquisador. Com alguns *mapas* (livros) nas mãos e alguns portos seguros de orientação fui comprovando, de fato, que o caminho se faz... ao caminhar.

Concluindo – sempre provisoriamente – diria que o quadro político e econômico tem sido muito desanimador a nós, educadores. A degradação das condições de vida há muito deixou de ser apenas um tópico possível de nossas aulas: é a nossa dura realidade. Não me refiro apenas aos vexatórios salários da rede estadual de ensino. A questão, bem sabemos, não é somente salarial – embora essa possua um peso enorme – mas extrapola os limites territoriais das escolas. Afinal, que sociedade estamos construindo onde é tido como normal, inevitável, esse descaso com a saúde e a educação públicas? Estão caindo aos pedaços e já nem nos indignamos com isso. Há certo conformismo embrutecedor e emburrecedor do tipo “pobre sempre teve escola ruim e morreu em fila de hospital.” Ou tentamos – pelo menos – romper essa lógica ou pouco nos restará a não ser enterrar de vez as esperanças – utópicas sim – de um Brasil mais solidário e menos desigual. Nesse sentido faço minhas as palavras de Thiago de Mello (*Tou da Ternura*):⁴

Vamos andando, Leonardo,
tu vais de estrela na mão,
tu vais levando o pendão,
tu vais plantando ternuras
na madrugada do chão.
Meu companheiro menino,
neste reino serás homem,
um homem como teu pai
mas leva contigo a infância,
como uma rosa de flama
ardendo no coração:
porque é de infância, Leonardo,
que o mundo tem precisão.

No sorriso de uma criança, a certeza de que a vida e a esperança se renovam, mesmo quando a poesia parece ter partido. E o sorriso de uma criança é a precisa tradução do poema de Thiago: “é de infância que temos precisão.” A Geografia deve falar, sobretudo das pessoas, pois são elas que constroem o espaço e os lugares. Riquezas, mapas, cidades e países são frutos do seu trabalho. E como vive este homem? O que lhe resta depois do trabalho? Mesmo toda a barbárie humana não consegue aniquilar a pureza do sorriso de uma criança. Há tanto a caminhar, companheiros! Semear a compreensão entre os homens é um dos necessários e grandes pontos de partida. Mãos à obra... !

¹ Segundo PAULO FREIRE, situações-limite são as situações que desafiam de tal forma a visão de mundo e a prática dos homens que é necessário enfrentá-las e superá-las para prosseguir (GADOTTI, 1991, p. 156-157). Contorná-las, sem analisá-las e enfrentá-las mostram-nos o risco de permanecermos com uma visão ingênua, quando não reacionária do mundo. Situações-limite são convites à superação, de não nos limitarmos ao senso comum. São desafios que o professor pode estimular através de temas-geradores de polêmica e discussão em sala de aula desestruturando um conhecimento superficial para, a partir dele, avançar na busca da construção de um conhecimento mais dialético e dialógico. Em suma, a situação-limite vai estimular as contradições do discurso e da prática das pessoas para que elas sejam superadas, ou pelo menos, refletidas criticamente.

² Entenda-se aqui, ainda que muito simplificada, o positivismo como a ideologia baseada em Augusto Comte (1798-1857) que justificava a manutenção da ordem social, ainda que desigual. No início do Brasil republicano (após 1889), as oligarquias e as elites econômicas dele se valeram para defender os seus interesses de hegemonia através da disciplina e do autoritarismo. Os seus conceitos-chaves, que tiveram ampla repercussão através da educação foram: ordem, progresso, trabalho e moral. À educação caberia definir papéis na sociedade, formar a elite intelectual e atuar como elemento moralizador. O positivismo comteano baseava-se na conciliação da “ordem” com o “progresso”.

Segundo o positivismo, a ordem – natural e imutável – implicava na harmonia entre classes e a sociedade organizada com papéis definidos. O progresso garantiria a ordem. O trabalho dignifica o homem e leva-o a atingir o progresso. No campo moral pregava-se a mudança de valores e costumes como solução para o egoísmo, que era inerente ao homem. A ordem do poder está no saber e na competência que lhe é inerente. O positivismo se preocupa com o “saber útil” em desprezo às “elocubrações metafísicas”, havendo um certo desprezo pela filosofia e o abstrato. (LEITE, 1994)

Veremos que estes pressupostos estão muito presentes não só nas aulas e livros didáticos de Geografia, bem como na instituição escola como um todo. São uma herança poderosa e viva.

³ Os livros de BROUILLETTE (1978) e DEBESSE-ARVISET (1978) – dos raros estrangeiros de Geografia que circulam (e com muito atraso) entre nós, – por exemplo, são bastante tradicionais na apresentação de seus conteúdos, e, sobretudo, na leitura de mundo que sugerem. Realçam explicitamente o papel da Geografia como uma ciência “desinteressada” e promotora do nacionalismo-patriotismo. Cabe destacar também a dificuldade que nossas bibliotecas e livrarias têm em receber a literatura sobre Geografia. É uma área de saber bastante isolada e pouco dinâmica.

⁴ THIAGO DE MELLO. *Faz escuro mas eu canto (porque a manhã vai chegar)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Citado em *Paixão de Aprender*, Smed, Prefeitura de Porto Alegre, número 7, junho de 1994, p.53.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia: ciência do espaço: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la Geografía contemporánea*. 2ª ed. Barcelona: Editorial Barcanova, 1983.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. 2ª ed. São Paulo: Scipione, 1991.

GEORGE, Pierre. *Os métodos da Geografia*. São Paulo: Difel, 1978.

GONÇALVES, Carlos W. P. Reflexões sobre Geografia e educação: notas de um debate. IN: *Fundamentos para o ensino de Geografia: Seleção de Textos*. São Paulo: SE/CENP, 1988.

MENDOZA, J. G., JIMÉNEZ, J. M. & CANTERO, N. O. *El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

MOREIRA, Ruy. *O discurso do avesso – crítica a Geografia que se ensina*. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.

PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. *Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

SOUZA, Maria A. et alii (Org.). *O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993.

* Professor na Fundação Liberato Salzano (Novo Hamburgo) e no Centro Municipal de Educação de Jovens e Adulto (SMED/Porto Alegre). Este texto, com pequenas modificações, corresponde ao capítulo quatro da dissertação de mestrado do autor intitulada *O ensino de Geografia na visão dos alunos secundaristas: limites presentes, desafios futuros*, e serviu de base para o trabalho orientado *A Geografia no II Grau ocorrido no XV Encontro Estadual de Geografia*, que se realizou nos dias 10 e 11 de maio de 1995, em Porto Alegre.